

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 05/Ago



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3454- Ano 2025

## ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

### CNTV COBRA URGENCIA NO ANDAMENTO DO DECRETO QUE REGULAMENTA A NOVA LEI



Nesta terça-feira, 5 de agosto, a Direção da CNTV foi recebida pelo Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública –MJSP, Dr. Marivaldo Pereira, cobrando agilidade e

andamento do processo de regulamentação do Estatuto da Segurança Privada, Lei 14.967/2024. O Secretário informou que a proposta de regulamentação encontra-se sob análise no MJSP e se disse sensível e

comprometido com a agilidade do processo e seu encaminhamento com brevidade para a assinatura do Decreto pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Antes de chegar ao MJS Potexto foi debatido na Polícia Federal com a participação da CNTV que concordou com a maior parte das propostas e apontou algumas divergências, principalmente aquelas que tratam de Curso de Formação, a exemplo da proposta que obriga o vigilante a realizar “outro curso de formação se afastado da atividade por mais de 10 anos” ou outra por mais de “um ano, se punido com a cassação do registro”. Para nós, o único curso de Formação é o suficiente, bastando para a manutenção da habilitação em dia a submissão do profissional aos cursos de Atualização. Em nenhum lugar formação profissional ou diploma necessita de validade ou prazo.

A lei foi aprovada pelo Senado Federal em agosto do ano passado, com forte mobilização, pressão e presença dos Vigilantes e seus Sindicatos de luta dentro do Senado e sancionada pelo Presidente Lula também com a presença da CNTV e Sindicatos no Palácio do Planalto.

A lei já está valendo e em plena aplicação pela Polícia Federal, devendo ser observada por empresas, bancos e tomadores de serviço, além dos Trabalhadores.

A norma atualiza a Lei de 1983/81 (Lei 7.102), eleva a escolaridade mínima para ser Vigilante, cria novas funções sobre controle da Polícia Federal na atividade de segurança privada, além do Vigilante (Gestor, Vigilante Supervisor, Operador, Técnico e Supervisor de Monitoramento Eletrônico), legaliza a atuação de Vigilantes em outros setores (transportes coletivos, unidades de conservação, eventos, acesso a portos e aeroportos, etc.).

A lei fortalece o papel de controle da Polícia Federal e criminaliza a atuação clandestina, inclusive o bico de policiais.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, publicado na semana passada, aponta no capítulo sobre segurança privada, o crescimento de cerca de 10% ou 50 mil novos empregos formais na atividade de segurança privada já no primeiro semestre de 2025 totalizando hoje 571.000 vigilantes empregados.

A regulamentação vai clarear algumas regras da nova lei e colocará todos os seus artigos em pleno vigor.

Estamos ligados e defendendo mais emprego, mais segurança e mais direitos.

**FONTE: CNTV**

## APOSENTADORIA ESPECIAL:

# CNTV CONFIRMA QUE PL 42 JÁ SE ENCONTRA NA PAUTA DA COMISSÃO DE PREVIDENCIA DA CÂMARA



Na manhã desta terça-feira, 5 de agosto, dirigentes da Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV, da Federação Interestadual dos Vigilantes - FINTRAVIG e do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal – SINDESV – DF, visitaram a Secretaria da Comissão de Previdência da Câmara dos Deputados e receberam a confirmação que o Projeto de Lei nº 42/2023, com o relatório/voto do Deputado Pastor Eurico PL/PE, já consta na Pauta para leitura e votação desta quarta-feira, dia 06 de agosto.

A redação original do Projeto de Lei nº 42/2023 prevê que para se aposentar com tempo especial previsto na Constituição Federal o Vigilante necessita de 25 anos de

serviço e, no mínimo, 60 anos de idade. Tal proposição é repelida pela categoria.

Face a mobilização e articulação da CNTV e Sindicatos de luta na primeira Comissão em que o Projeto tramitou (Comissão do Trabalho) foi aprovado ainda no ano passado um SUBSTITUTIVO AO PROJETO propondo uma outra alternativa:

- 25 anos de serviço e, no mínimo, 48 anos de idade.

Na Comissão de Previdência o relatório do Deputado Eurico mantém o SUBSTITUTIVO e conta com o nosso apoio, necessitando agora dos votos da maioria dos 51 Deputados e Deputadas da Comissão para seu prosseguimento.

### **Nos próximos dias as tarefas são:**

- CNTV e Sindicatos articular com o Presidente da Comissão (Deputado Rui Carneiro PODE/PB) e com o relator (Deputado Pastor Eurico) uma data para votação do relatório;

- Vigilantes e lideranças sindicais de todas as partes do país conversar e cobrar do Deputado do seu estado que integra a Comissão o compromisso de estar presente e votar a favor da proposta.

Depois da Comissão da Previdência o PL ainda enfrenta mais duas Comissões (Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça), o Plenário da Câmara e o Senado Federal.

**APOSENTADORIA ESPECIAL, JÁ!  
É JUSTO E MERECEMOS!**

Fonte: CNTV

# CNTV PRESENTE NA SESSÃO ESPECIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS RELATIVO AO DIA DO VIGILANTE



Atendendo ao convite da Deputada Rosangela Reis (PL/MG) a CNTV compareceu na manhã desta terça-feira, 5 de agosto, a Sessão Especial comemorativa do Dia Nacional do Vigilante, instituída pela Lei nº 13.136/2015, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS) e sancionada pela Presidente Dilma Rousseff.

A nossa Confederação, única entidade sindical presente à sessão, registrou os cumprimentos à categoria e fez um breve histórico das suas lutas, conquistas e desafios.

Lembramos da Lei de 1983, quando passamos a existir (antes éramos vigias), do reconhecimento profissional, dos cursos de formação bancado pelas empresas,

da conquista de Piso Salarial, Jornada 12/36 e 8h48 (5x2), do EPI Colete Balístico, da Reblindagem do Carro Forte, das Leis anticalote em 7 estados e no Governo Federal no primeiro governo Lula, dos 30% de Periculosidade, da previsão constitucional de aposentadoria especial e outros direitos assegurados em CCT, a exemplo de Plano de Saúde, Gratificações, entre outras.

Saudamos a conquista da Lei 14.967/2024 –Estatuto da Segurança Privada que atualiza a Lei de 1983, avança na valorização e fortalecimento da categoria, além de gerar mais empregos e trazer para a legalidade e guarda-chuva de direitos aqueles que são explorados por clandestinos.

**Finalizamos a nossa fala indicando os nossos desafios e necessidades:**

- Piso Nacional
- Aposentadoria Especial
- Anticalote nacional
- Direitos para quem atua na clandestinidade

• Mais mulheres na segurança privada  
A lei e a comemoração do Dia Nacional do Vigilante é isso: refletir, debater e pesar as nossas lutas, conquistas e apontar para os nossos desafios e necessidades.

Estiveram presentes acompanhando a Confederação:

Melquisedeques Marques, Vice-Presidente do SINDESV- DF e Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes – FINTRAVIG

e Elton John Gonçalves, Diretor do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal – SINDESV – DF



FONTE: CNTV



QAP

JORNAL DO SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS VIGILANTES

SINDSEGUR



FORTALECENDO A RESISTÊNCIA! NEGOCIAÇÕES SALARIAIS EM DESTAQUE



## SÃO JULHÃO DO SINDSEGUR REUNIU MAIS DE MIL PESSOAS EM DOIS DIAS DE FESTA NA CIDADE DE NATAL/RN

A sexta (25) e o sábado (26), do último final de semana, ficaram marcados por muita celebração e alegria para a categoria de vigilantes do Rio Grande do Norte. A realização do São Julhão 2025, promovido pela diretoria do SINDSEGUR, reuniu 491 pessoas no primeiro dia e 562 no segundo, totalizando um público de 1.053 pessoas, entre vigilantes filiados e seus familiares.

O objetivo de confraternizar e celebrar com a categoria transformou o Clube da Telern no palco de momentos de muita alegria e felicidade. Com comidas típicas, churrasco, bebidas e um espaço pensado especialmente para as crianças, tivemos diversão garantida para todo mundo. A programação musical ficou por conta da Banda Lavine, Arthur Denis e Reynaldo Júnior, que garantiram forró e animação para as duas noites. Os organizadores também disponibilizaram um ônibus, que viabilizou a participação de aproximadamente 50 trabalhadores da categoria que vieram da cidade de Mossoró.

O presidente do SINDSEGUR, Márcio Lucena, não escondeu sua felicidade da gestão em garantir momentos como estes sem nenhum custo afirmou: Enquanto "a categoria nos permitir, da-

remos continuidade a nossas festas free", garantiu.

A vice-presidente da nossa entidade, Dalcilene Lima, fez uma saudação especial para as mulheres presentes, reconhecendo a força das guerreiras vigilantes, que muitas vezes são invisibilizadas na profissão e também das companheiras dos vigilantes que são fundamentais na vida profissional de cada um. Ela também parabenizou a organização "O SINDSEGUR sempre faz esses eventos com muito amor, todos aqui estão de parabéns", disse.

Também registramos a presença dos companheiros: Iran Marcolino, assessor da CNTV; o vigilante sr. José Américo, pai do atual prefeito da cidade de Mossoró/RN; Roosevelt, presidente do Sindvigilante/PB; Rômulo, do Sindforte/RN; o Sindguardas; e a diretoria do Sindtêxtil.

Estamos muito felizes com os resultados alcançados e em proporcionar momentos de lazer entre família e amigos vigilantes. Agradecemos todos que compareceram e deixaram a festa ainda mais bonita, seguimos firmes reafirmando nosso compromisso com nossa categoria.

Para visualizar todos os registros das duas noites clique [aqui!](#)



01 DE AGOSTO DE 2025

# Confira os destaques da pauta do Plenário do STF em agosto

**Sessão extraordinária do Plenário abriu segundo semestre do Ano Judiciário nesta sexta-feira (1º)**



Foto: Wallace Martins/STF

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) tem uma pauta de julgamentos de agosto de ações sobre a norma internacional que trata da repatriação imediata de crianças e adolescentes com menos de 16 anos para seu país de origem, caso tenham sido trazidas irregularmente ao Brasil. O debate envolve dispositivos da Convenção da Haia sobre aspectos civis do sequestro internacional de crianças.

A pauta do mês também tem como destaques o conjunto de ações que questionam trechos da Lei de Abuso de Autoridade e a discussão que trata da coleta de material genético de condenados por crimes violentos ou hediondos para manutenção de um banco de dados estaduais.

O segundo semestre do Ano Judiciário teve início nesta sexta-feira (1º), com uma sessão de abertura.

**Confira os principais processos pautados para julgamento em agosto:**

## **Federações partidárias**

No dia 6 de agosto, a pauta começa com a análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7021, que questiona a formação de federações partidárias. Em 2022, o Plenário manteve liminar (decisão urgente e provisória) determinando que as federações deveriam obter registro de estatuto até seis meses antes das eleições. Agora, será julgado o mérito da ação, que envolve saber se a norma violou o devido processo legislativo bicameral e se afronta o sistema partidário eleitoral proporcional.

## **Cobrança de indenização trabalhista**

Também no dia 6, os ministros deverão retomar a análise do Recurso Extraordinário (RE) 1387795, com repercussão geral reconhecida. O caso vai definir a possibilidade de empresas de um mesmo grupo econômico serem incluídas na fase de cobrança de uma proposta trabalhista (execução), mesmo que não tenham participado do processo e de seu julgamento. Até o momento, cinco ministros entenderam que não é possível incluir a empresa do mesmo grupo na fase de execução se ela não participou da discussão do caso na Justiça do Trabalho. Só o ministro Fachin divergiu até o momento.

## **Coleta de material genético**

No RE 973837, a Corte ouvirá em 7 de agosto as manifestações das partes e entidades que atuam no caso que discutem a validade da coleta de material genético de condenados por crimes violentos ou hediondos para manutenção de um banco de dados estatais. A matéria teve repercussão geral reconhecida. Os votos dos ministros serão apresentados em uma sessão futura, ainda sem data definida.

## **Repatriação de crianças**

O STF deve começar a julgar, em 13 de agosto, as ADIs 4.245 e 7.686, que tratam da repatriação de crianças e adolescentes. As ações questionam um dos pontos da Convenção da Haia, tratado internacional que tem por finalidade facilitar o retorno de crianças retiradas ilegalmente de seu país de origem. O pedido é para evitar que

crianças que vivem em países estrangeiros e sejam trazidas ao Brasil pela mãe, sem a autorização do pai ou o contrário, não sejam obrigadas a retornar ao exterior quando houver suspeitas de violência doméstica, mesmo que ela não seja uma vítima direta.

## **Abuso de autoridades**

O conjunto de ações que contestam dispositivos da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019) também foi pautado para 13 de agosto. Nas ADIs 6236, 6238, 6239, 6266 e 6302, partidos e entidades argumentam que a norma criminaliza a atuação funcional dos servidores públicos e fere a independência e a autonomia de juízes, promotores, procuradores de Justiça e do Ministério Público Federal.

## **Honorários advocatícios**

Em 21 de agosto, o STF deve voltar a analisar a ADI 5405, em que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questiona normas que dispensam o pagamento de honorários advocatícios nos casos em que haja acordo e adesão a parcelamentos tributários de particulares com o Poder Público.

## **Inelegibilidade para mandato consecutivo**

Para o dia 27 de agosto, a previsão é de julgamento do RE 1355228. O recurso discute se a substituição do chefe do Poder Executivo por um breve período, em razão de decisão judicial, é causa para levar à inelegibilidade para um mandato consecutivo. A questão tem repercussão geral reconhecida.

Fonte: TST (Lucas Mendes/AD)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF